CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Sob a Presidência do Dr. Silvio Caracas de Moura Júnior, Presidente do CAP contando com a presença do Superintendente da APPA, José Anibal Petraglia e dos Diretores Joaquim Vanhoni Neto e Lourenço Fregonese, respectivamente Diretores Administrativo e Financeiro e Desenvolvimento Empresarial e dos Conselheiros relacionados no Livro de Presenças, às 10:00 horas do dia 21.02.95 no Centro Administrativo Taguaré, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Autoriadde Portuária - CAP. Dando início aos trabalhos, como todos os Conselheiros haviam recebido cópias da Ata da Reunião Anterior realizada em 31.01 95, considerada longa, por sugestão do Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho, com a aprovação dos presentes a mesma deixou de ser lida, mas foram feitas as seguintes ressalvas:

- 1. Da parte da Conselheira Maria do Socorro M. da Cruz, do Bloco dos Trabalhadores, a ressalva é no sentido de esclarecer que a não colocação para apreciação e votação do Regulamento de Exploração do Porto é uma solicitação da Comissão.
 - Ressalvou ainda a Conselheira Maria do Socorro M. da Cruz que na página 17 onde se lê: " que suas colocações são vá lidas ", leia-se: " que o Boletim do SINDEPAR sempre cir cula e como qualquer Boletim e Sindicato cumpre a sua função. "
- 2. O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho objetivando fazer um registro histórico disse que o Fundo de Dragagem foi uma posição do CAP e que ele se destina exclusivamente ao assunto de Dragagem do Porto, salvo se o CAP decidir modificar decisão anterior.
- 3. O Conselheiro José Silvio Gori considerando a relevância do assunto solicitou a inserção na Ata da exposição do Superintendente da APPA a respeito das ações trabalhistas movidas pelos funcionários e sindicatos contra o Porto.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

F1. 02

Aprovada a Ata com as correções acima, o Presidente do CAP passou a palavra ao Superintendente da APPA que começou dizendo ter encontrado uma situação de pré-insolvência da APPA e a sua preocupação e a do Diretor Administrativo de dar conhecimento a quem de direito da real situação.

O Superintendente entregou ao Presidente do CAP um demonstrativo da situação financeira da APPA exercício de 1994 que revela um déficit de R\$ 2.171.618,00 (Dois milhões, cento essetenta e um mil e seiscentos e dezoito reais) e registra um total de R\$ 14.919.445,00 (Quatorze milhões, novecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta cinco reais) pagos relativos a Acordos Trabalhistas.

No quadro relativo a janeiro/95 o déficit portuário é de R\$ 2.813.560,00 (Dois milhões, treze mil e quinhentos e ses senta reais) e os compromissos com os Acordos Trabalhistas de R\$ 1.639.505,00 (Hum milhão, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinco reais).

Na opinião do superintendente da APPA, diante desse quadro e o Pessoal absorvendo 83,5% das receitas auferidas, a APPA não teria condições de sobrevivência.

O Porto necessita de 25 milhões de reais para viabilizar a sa fra e de 5 milhões de reais mensais para as Folhas de Arrumadores e de Pessoal, ou seja, 60 milhões de reais para um areceita de 72 milhões de reais.

Sobre o Fundo de Dragagem penhorado pela Justiça, o Superintendente garantiu que o mesmo será honrado pela APPA. É uma questão judicial que o Porto através da sua Procuradoria Jurídica e Diretoria Administrativa pretende questionar.

A situação financeira foi levada ao Secretário Deni Schwartz a ao Governador Jaime Lerner. Na oportunidade a Administração foi cientificada que o Estado não vai investir no Porto pelo menos no momento porque não tem de onde tirar recursos, vai caber a APPA equacionar a situação administrativa e financeira da APPA.

o Porto está reduzindo despesas, cortando as gorduras, e pretende reduzir a folha em torno de 50% e que está equacionan-do os pagamentos com os advogados credores pedindo-lhe uma trégua.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E AUTONINA

F1. 03

A APPA solicitou ao Sindicato prazo de um ano para o pagame<u>n</u> to de hum milhão de reais que lhe é devida.

Todos os recursos serão utilizados para sanear a APPA.

Respondendo ao Conselheiro José Luiz Boabaid, o Superintendente José Anibal Petráglia disse que não questiona o direito dos trabalhadores. Se é líquido o custo deve ser respeitado. Por isso está trabalhando no sentido de evitar novas demandas. Assim, cada trabalhador antes de procurar seus direitos deverá fazê-lo por via administrativa.

Para o Superintendente, a APPA é um autarquia e é gerenciada como autarquia, mas paga como empresa privada. Sobre a possibilidade de investimentos eles ocorrerão desde que bem equacionados.

O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho manifestou-se d<u>i</u> zendo que esta é a primeira vez que o CAP toma conecimento da situação financeira da APPA, que ele imaginava difícil mas não nas proporções em que está colocada. Na sua opinião o Porto vai ter de encontrar um solução caseira.

O Diretor Administrativo Joaquim Vanhoni Neto falando das mencionadas dificuldades disse que o Porto de Paranaguá vinha pagando cerca de 80 mil horas extras/mês ao Portuário sem que a tarifa remunerasse o custo delas. Isso acontece em razão de vícios que também estão sendo corrigidos.

O Superintendente Petráglia comentou que não existe na APPA uma apropriação dos custos. Ele desconfia que a tarifa arrecada, em alguns casos, não chega a remunerar a parte devida aos arrumadores.

A APPA diante do quadro financeiro e do volume das ações $tr\underline{a}$ balhistas solicitou às autoridades de direito uma auditoria no Porto para que ela produza um levantamento e diga da real situação de hoje.

O número dessas ações trabalhistas em andamento estão em to $\underline{\mathbf{r}}$ no de 1.200 e tem causas das mais variadas.

Para o Diretor Administrativo a grande maioria das causas que deram origem as Ações Trabalhistas estão sanadas, mas existem outras causas que ainda podem ser objeto e a principal é o

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

F1. 04

desvio de função. São portuários que entraram por concurso público para exercer as funções de Auxiliares de Serviços <u>Ge</u> rais e que estão desempenhando outras funções. Ele considera esse fato uma bomba de efeito retardado, mas que a nova direção da APPA já está corrigindo, inclusive fazendo un novo reenquadramento de pessoal para acertar os desvios.

Da mesma forma que o Porto está disciplinando as atividades do Sindicato do 8loco na APPA fazendo com que haja um rodízio e que os trabalhadores não exerçam a função que caracterize uma atividade permanente.

Por outro lado está adotando um certo rigor na requisição das horas extras reduzindo-as tanto quanto possível, além de não fazer nenhum acordo de natureza trabalhista se este não contemplar cálculos absolutamente corretos. E citou uma demanda de 670 trabalhadores em que o valor calculado deferia uma responsabilidade para a APPA de quarenta e sete milhões de reais e que, contestando pela nova diretoria, já baixou para dezes seis milhões de reais.

O Superintendente da APPA dizendo que em razão da reclamatória dos 670 trabalhadores que querem pagamento de produtividade, de adicional de risco, etc., mais 600 portuários estão entrando com o mesmo pedido.

O Porto, agora, está preparado para enfrentar as demandas. Antes ele não tinha estrutura, agora contratou um escritório especializado e todas as causas antes de qualquer condenação serão esmiucadas a fundo.

Na ação em que a APPA foi condenada a pagar quarenta e sete milhões de reais, ela deixou de fazer o depósito de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) que lhe garantiria a possilbilidade do recurso do precatório.

Na opinião do Diretor Administrativo, Joaquim Vanhoni Neto se o Porto fosse considerado autarquia e ele pudesse se utilizar do precatório haveria chance da APPA equacionar melhor os pagamentos, sem atropelos.

Sobre as distorções entre a tarifa portuária e o que é pago aos Arrumadores, o Conselheiro Vilmar da Cruz Silva disse

que não sabe onde detectar a diferença, e que o adicional de risco que o trabalhador recebe foi motivo de discussão no CAP e que quem paga os 40% relativos aquele adicional é o Usuário da APPA.

Em aparte o Presidente do CAP disse que o Usuário paga tudo. Nas considerações seguintes o Conselheiro Vilmar da Cruz Silva na condição de Presidente do Sindicato dos Arrumadores à guisa de esclarecimentos informou que não tem qualquer in gerência no processo, posto que a ação é individual, mas que ele não está a fim de tirar nada do Porto a não ser aquilo que for de direito. E citou uma reivindicação feita em 86/87 a respeito da insalubridade que foi detectada e reconhecida, (causa que os Arrumadores não reclamava nenhum atrasado), mas que o Superintendente da época disse que ele só levaria aquele adicional se entrasse na Justiça. Sobre a ação contestada pelo Porto entende o Conselheiro Vilmar da Cruz Silva que ela deveria baixar mais, porque o Porto já vem pagan do o adicional reclamado, e que tem procurado inicialmente as vias administrativas.

Indagado pelo Conselheiro Luiz Phillippe de A.O. Figueiredo a respeito de investimentos o Diretor Administrativo Joaquim Vanhoni Neto respondeu que não houve. A APPA se utilizou da verba de Serviços de Terceiros para fazer o que considera investimento.

O TECON é uma obra que a APPA pretende realizar, mas o que tem sido feito é através dessa verba.

o Porto precisa de vinte e cinco milhões de reais e aí inclue a dragagem e a manutenção mínima necessária.

Para o Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho, o Porto é importante nos planos do Governador Jaime Lerner e quando ele puder equacionar seus próprios problemas de caixa quem sabe não auxilia a APPA.

O Superintendente da APPA entende que devemos prioriza<mark>r car</mark> gas que sejam mais aceitáveis, da mesma forma que precisamos diminuir o custeio da operação.

O SINDEPAR através do Conselheiro Wilson Moraes da Silva prometeu dar toda a colaboração à APPA.

Para o Conselheiro Luiz Phillippe de A.O. Figueiredo os Portos Públicos Brasileiros não tâm condições de receber dos Governos verbas para investimentos posto que os Governos - Federal e Estadual têm outras prioridades. Esses investimentos só acontecerão se ocorrer uma política de parceria com a iniciativa privada que viabilizem os recursos para tanto.

Citou como exemplo de sucesso dessa participação o Porto de Buenos Aires que mudou desde que a iniciativa privada começou sua participação no Porto.

Para o Conselheiro Presidente o caminho de curto prazo para o Porto de Paranaguá é fazer funcionar os Operadores Portuários.

Dizendo que medidas de curto prazo não resolvem o Conselheiro Luiz Phillippe de A.O. Figueiredo afirmou que se o TECON
tivesse sido concluído o volume de cargas conteinerizada teria dobrado.

Para o Superintendente da APPA uma modernização portuária acontecerá a médio e longo prazo e que o Porto é viável.

O problema do porto brasileiro, segundo o Conselheiro Luiz phillippe de A.O. Figueiredo é um problema de investimento em grande escala e na sua opinião a estiva brasileira é tão competente ou mais do que muita estiva fora do Brasil.

O Conselheiro Carlos Antonio Tortato na condição de Prefeito Municipal informou da participação da Prefeitura e de seu es forço no sentido de viabilizar o binário de retorno na Bento Rocha - na Br, uma vez que a Prefeitura não tem recurso e está pedindo dinheiro do PEDU. Ainda realçou as relações entre os empresários, a APPA e trabalhadores, que são as melho res, e têm possibilitado que o Porto tenha o conceito de ser um dos melhores do Brasil, como afirma o Conselheiro Luiz Phillippe de A.O. Figueiredo.

O Diretor Empresarial da APPA, Lourenço Fregonese destacou a descarga dos automóveis FIAT, cujo nível de descarga foi con siderada excelente pelos diretores da empresa.

Sobre a participação dos Operadores Portuários, o Diretor A \underline{d} ministrativo da APPA informou que foi pelo Porto constituído

um grupo de trabalho para levantar os dados para uma decisão posterior.

Para o Diretor Administrativo, o Porto precisa ter um Centro de Apropriação de Custos. Ao dar como exemplo a movimentação de conteineres disse não saber se ela é rentável ou não. E se não for, a perspectiva de crescimneto nessa movimentação pode proporcionar prejuízos na mesma proporção.

Retornando ao que fora discutido anteriormente, disse o Diretor Administrativo que num primeiro momento é preciso equacionar a questão financeira de custeio, conseguir a dilatação de prazos nas questões trabalhistas e promover algum investimento. Só a partir daí vai ser possível tratar dessa relação com a iniciativa privada, a fim de melhorar as deficiências com equipamentos, etc.

O Conselheiro Júlio Monteiro de Souza falou do leque de opções oferecida pela APPA e que sua empresa pretende mov<u>i</u> mentar cerca de 1.800.000 a 2.000.000 toneladas.

o Conselheiro Presidente comunicou ao CAP que conversou com o Superintendente da APPA e este lhe pediu uma ce<u>r</u> ta flexibilização para dinamizar a atividade do Porto. Segundo suas palavras a intenção do CAP é contribuir para que o Porto tenha a mais alta flexibilidade para pr<u>o</u> duzir bem.

Para o Conselheiro José Luiz Boabaid a explanação da APPA foi muito boa, mas que ele quis saber se o Porto vai cont<u>i</u> nuar sendo eminentemente público, ou se o Governo vai abrir para a terceirização com a iniciativa privada?

O Superintendente da APPA respondendo disse que por enquanto, a Diretoria pretende esgotar todo o potencial de Paranaguá, vamos gerenciar o que temos, potencializar aquilo que traga benefício ao Porto.

Dizendo ter estudo especializado o Conselheiro José Luiz Boabaid informou que os Corredores de Exportação por esse trabalho precisaria de um investimento da ordem de 6 millo de dolares.

Respondendo ao Conselheiro José Luiz Boabaid, que tem um estudo sobre as necessidades de investimentos nos Corredores, informou ter proposto para resolver o problema do Corredor em 60 dias, mas que o Porto está aprofundando seus estudos para achar o melhor caminho. A intenção é colocar em funcionamento o 6º ship-loader e aposentar aquilo que for necessário.

Em aparte o Presidente disse que a idéia do Governo federal é descentralizar a Administração e que as Leis das Conce<u>s</u> sões foi sancionada.

Quanto ao consórcio preconizado pelo Conselheiro José Luiz Boabaid entende o Presidente que quando for o caso e dependendo dos segmentos de cargas ele pode ser feito, noutros não.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José disse que em razão das afirmações do Diretor Empresarial da APPA, Lourenço Frego nese que, ao sair de 15 para 17 milhões de toneladas com o mesmo instrumental de trabalho, houve uma evolução e que os trabalhadores estão empenhados em conseguir essa modernidade. Acha que o Porto deve fazer um diagnóstico em todas as operações e que, o detalhe, na operação é importante.

o Conselheiro Presidente deu ciência ao CAP que recebeu um ofício do Superintendente solicitando contenção de gastos es pecialmente no que tange as comunicações telefônicas.

O Superintendente da APPA esclareceu que essa medida é desdo bramento de pareceres do Tribunal de Contas e que o Porto es tá instalando uma nova Central Telefônica, que terá condições de apontar aquilo que não for interesse da APPA e proceder a cobrança devida quando for o caso.

Expediente

1. Foram justificadas as ausências dos Conselheiros Pedrinho Antônio Furlan, Carlos Roberto Frisoli e José Roberto Almeida Correa, todas através de expediente.

- 2. Cópia do Ofício nº 043/95 APPA ao Sr. Ministro dos Transportes Odacir Klein, designando em substituição ao Sr. Alcidino Bittencourt Pereira, do Bloco do Poder Público, o Sr. Luiz Ivan de Vasconcellos.
- 3. Cópia da minuta do ofício a ser encaminhado pelo Sr. Governador do Estado do Paraná indicando para compor o 8locodo Poder Público os Srs. José Anibal Petráglia titular e Lourenço Fregonese suplente.
- 4. Correspondência do Presidente do OGMO, João Gilberto Cominese Freire ao CAP, comunicando a nomeação do Engo. William Roberto Falcone para o cargo de Diretor Executivo do referido órgão.
- 5. Cópia do ofício nº 001/95 SINDAPAR ao exmo. Sr. Minis tro de Estado da Fazenda Pedro Malan consultando sobre a possibilidade do aumento cobrado pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos de Paran-aguá de 50% a ser repassado dos fretes aos preços finais das mercadorias.
- 6. Ofício nº 078/95 APPA ao CAP participando que foi designada uma Comissão para analisar as circunstâncias que envolvem a APPA como Operador Portuário. Anexo a Portaria nº 062/95 que dá umprazo de 20 dias úteis para as conclusões.
- 7. Cópia do ofício nº 012/95 SINDEPAR ao Superintendente da APPA, propondo uma reunião com aquela autoridade a fim de tratar em conjunto dos problemas criados com as Ações Trabalhistas nas Finanças do Porto.
- 8. Ofício nº 040/95 Sindicato dos Estivadores de Paranaguá anexado cópia do Ofício nº 039/95 endereçado ao Superintendente José Anibal Petráglia, colocando a posição do Sindicato perante a APPA, que proibiu o estivador Márcio Baurakiades Teixeira por conduta irregular de transitar na faixa portuária.
- 9. Cópia do telex enviado pelo DPH Departamento de Portos en Hidrovias em Brasília ao Superintendente da APPA solicitando cópia do Regulamento de Exploração dos Portos en Portos de Exploração dos Portos de Exploração de Exploração dos Portos de Exploração dos Portos de Exploração dos Portos de Explorações de Exploração dos Portos de Exploração dos Portos de Exploração dos Portos de Explorações de Explorações de Exploração dos Portos de Explorações de Explor

to.

10. Correspondência do Bloco dos Trabalhadores, assinada pe los Conselheiros Wilson Moraes da Silva, Antonio Jairo Matozo, Vilmar da Cruz Silva e Arivaldo Barbosa José relativo a indicação da ocupação do Cargo de Secretário Executivo do CAP seja preenchido por funcionário do Quadro Pemanente da APPA.

Comentando a respeito do Ofício nº 040/95 do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá o Presidente do CAP disse que endo<u>s</u> sa a atitude do Porto e que é interesse que haja uma separação do joio do trigo.

Para o Presidente da Estiva, Sr. Izaias Vicente da Silva, ele não tem como não deixar o estivador de entrar no Cais. Quando houver qualquer coisa que desabone o trabalhador desde que o assunto é levado à Assembléia da categoria que poderá até eliminá-lo do quadro de estivadores.

Ordem do Dia

Como primeiro item da Ordem do Dia foi aceita a indicação do Superintendente da APPA, do nome de Ivany Marés da Costa para ocupar o Cargo de Secretário Executivo do CAP - Conselho de Autoridade Portuária.

O Bloco dos Trabalhadores através de correspondência enca minhada à Presidência requereu que a ocupação do Cargo de Secretário Executivo do CAP se faça através de servidor pertencente ao Quadro Permanente da APPA, justificando que a medida valoriza o pessoal da cas e evita a interinidade considerada prejudicial aos trabalhos do CAP.

Sobre o relatório Gerencial Mensal o mesmo foi transferido para a próxima reunião porque a APPA não o preparou formalmente.

A respeito do regulamento de Exploração do Porto a Conselhe<u>i</u> ra Maria do Socorro M. da Cruz informou que atendendo a soli

citação da APPA foi feita reunião destinada a avaliar a que<u>s</u> tão do arrendamento posto que sua diretoria não tem idéia c<u>om</u> pleta de como está o Regulamento. Por isso a Comissão aguarda uma posição da Administração do Porto.

Falando a respeito o Diretor Empresarial Lourenço Eregonese salientou que o problema do arrendamento é coisa muito séria e deve ser bom para ambos os lados e até o momento ele não chegou a conclusão se do jeito que está fica bom para todos, especialmente para a APPA.

Sobre o índice de produtividade e diante da posição dos arma dores que não desejam vir mais a Paranaguá o Conselheiro Pedro Antonio Bueno de Camargo disse que a Sadia está sendo obrigada a buscar outros portos.

O tipo de carga manuseada é bastante diversificada e ritmo, por isso mesmo não atende a prancha. Para ele há um aspecto que deve ser levado em consideração: os congelados constituem um tipo de mercadoria permanente no Porto. Não é sazonal e bastante trabalho. Por isso pretende uma revisão nas pranchas. Sobre a próxima safra e as condições gerais dos mentos dos Corredores de Exportação, e diante da perspectiva de descida (tão logo parem as chuvas) de soja, o Diretor Empresarial falou das dificuldades da APPA em relação aos procedimentos legais dizendo que o Porto conseguiu a compra de novas correias transportadoras e que existe a preocupação da Diretoria Técnica em recuperar pelo mínimo 2 ship-loaders pa ra esta safra. Com isso o Corredor deve aguentar as exigênc<u>i</u> as de movimentação inclusive o estabelecimento de uma prancha tendo em vista maior produtividade do sistema.

As preocupações do Porto, segundo Fregonese giram em torno do tempo para viabilizar o Corredor e do cuidado em não ferir in teresses dos Usuários do Porto.

Para o Conselheiro José Carlos Possas a colocação de equipamentos novos é tecnicamente impossível ainda que o Porto faça convênios com a iniciativa privada, porque existe uma carência de no mínimo 6 meses entre a compra e a entrega.

O Porto tem que encarar a realidade que temos, 2 ship-loaders em precárias condições - um praticamente parado e o outro p<u>a</u>

Fl. 12

rado desde outubro por problemas de incêndio, etc. Temos que passar aos Usuários do setor o que realmente vamos ter que enfrentar nessa safra que em meados de março já deve estar no pico. O Conselheiro considerou que os problemas dos Corredores não são apenas as correias tranportadoras, mas também a parte elétrica.

A propósito, informou o Diretor Empresarial, que seguramente o Porto vai funcionar com 2 ship-loaders e que a parte elétrica está sendo muito bem atendida pelo pessoal da Diretoria Técnica.

Por sugestão do Conselheiro Presidente ficou acertado que o Diretor Empresarial na próxima reunião do CAP deverá trazer a visão da Administração e de que forma a APPA vai enfrentar a nova safra.

O Conselheiro Pedro Antonio Bueno de Camargo reiterou posição anterior onde alertava que em razão dos coeficientes de produtividade que agravaram muito o segmento de congelados, provavelmente "estaremos perdendo navios de carga para o Extremo Oriente".

Ocorre que os tipos de cargas para o Oriente Médio são muito diversificadas e isso dificulta a operação e não permite que a prancha estabelecida seja alcançada.

O Conselheiro defendeu que em determinados navios para determinadas rotas é possível conseguir um índice de produtividade melhor e outras não, pela carcterística da operação. Para o Conselheiro Presidente a APPA tem condições hoje, de exeminar a produtividade de cada navio e a partir daí verificar se convêm ou não baixar o padrão da prancha.

Na continuação do assunto, Lourenço Fregonese diante das várias reclamações levadas à sua Diretoria disse que o problema não envolve apenas o segmento de congelados, mas sacaria em geral, algodão e madeira e que já mandou fazer um estudo e do resultado dele pode vir a alterar a prancha caso a caso.

O Conselheiro Pedro Antonio Bueno de Camargo pediu um acel<u>e</u> ramento da decisão.

O Presidente do Sindicato dos Estivadores quanto as peculia-

riedades da movimentação pelo Porto de Paranaguá garantiu que está pronto para discutir o assunto sempre, posto que o objetivo da Estiva é eliminar os problemas e está disposta a fazer um custo fechado, com isso eliminendo maior ou menor quantidade de homens nos ternos, com maior ou menor taxa. O custo fechado serve segundo o Presidente da Estiva para qualquer carga.

A posição do Presidente do Sindicato dos Estivadores foi co<u>n</u> siderada muito importante pelo Conselheiro Presidente e de alto padrão.

A respeito da implantação do PIDEP, ela foi questionada pelo Diretor da APPA Lourenço Fregonese que pediu aos Conselheiros que o lessem e dessem um prazo de 120 dias para a manifestação, o que foi concedido.

Diante da penhora da parcela significativa do Fundo de Dragagem pela Justiça do Trabalho o Conselheiro José Silvio Gori solicitou que sempre que houver alteração do quadro com desbloqueio dos valores, que cada Conselheiro seja notificado imediatamente.

Agradecendo a presença dos Conselheiros o Presidente do CAP deu por encerrada a reunião e foi marcada a próxima reunião para o dia 24.03.95, às 10:00 horas, na APPA, com a seguinte pauta:

Expediente

- Leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior
- 2. Outros assuntos

Ordem do Dia

- Relatório Gerencial da APPA
- 2. Regulamento de Exploração do Porto
- Negociação Capital/Trabalho
- 4. Início da Operação pelos Operadores Portuários
- A APPA e a nova Safra

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARAHAGUÁ E ANTONIHA

F1. 14

A presente ata foi lavrada pelo Secretário Executivo do CAP, Ivany Marés da Costa, e após lida e aprovada vai assinada pelo mesmo, pelo Presidente do CAP e demais Conselheiros que assinaram o Livro de Presenças a saber:

- Silvio Caracas de Moura Júnior
- Ivany Marés da Costa
- Carlos Antonio Tortato
- Luiz Phillippe de A. O. Figueiredo
- José Silvio Gori
- José Carlos Possas
- Arivaldo Barbosa José
- Antonio Jairo Matozo
- Antonio Carlos Bonzato
- Carlos Oliveira da Velha Filho
- Wilson Moraes da Silva
- Maria do Socorro M. da Cruz
- Vilmar da Cruz Silva
- Júlio Monteiro de Souza
- José Carlos Gomes de Carvalho
- José Luiz Boabaid
- Pedro Antonio Bueno de Camargo
- João Gilberto Cominese Freire